



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



PARECER JURÍDICO – PJ.

A Secretaria de Negócios Jurídicos do Município de Guará/SP, através de seu Secretário dos Negócios Jurídicos ao final assinado, instado a examinar a dispensa de Chamamento com fulcro na Lei 13.019/2014 vem, com o devido acatamento, expor o que segue:

Conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, ficou definido novas regras para a celebração de parcerias, nas quais o Poder Público e as organizações da sociedade civil cooperam para alcançar um interesse comum de finalidade pública. Essa lei reconhece que as parcerias aproximam as políticas públicas das pessoas e das realidades locais possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. Por ter abrangência nacional, a lei deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para que a Administração Municipal possa celebrar parcerias com outras entidades deverá realizar chamamento público para selecionar e analisar as entidades que poderão ser beneficiadas, com execução do objeto proposto pelos mesmos, sendo previstos casos de dispensa e inexigibilidade.



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



Logo, em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

No presente caso, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que somente a ASSOCIAÇÃO TURMINHA DO LATIDO, conforme certidão encartada nos autos da Diretoria Tributária do Município executa os serviços ora propostos.

Nestes casos a Lei n. 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Segundo vislumbramos dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

“Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administrao pública para consecutao de planos de trabalho propostos por organizaoes da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redao dada pela Lei n 13.204, de 2015)”

Tendo em vista que apenas uma entidade localizada no município de Guará  capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 do mesmo diploma, que dita:

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competio entre as organizaoes da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redao dada pela Lei n 13.204, de 2015)

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituioes que utilizarão os recursos; (Incluido pela Lei n 13.204, de 2015).

II - a parceria decorrer de transferência para organizao da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do  3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n 101, de 4 de maio de 2000. (Incluido pela Lei n 13.204, de 2015).

Além do mais, não se pode alegar a ausência de interesse público na presente parceria, em face do cumprimento de finalidades insitas ao objetivo daquela associação, ao setor saúde pública e defesa dos direitos dos animais, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

Para que seja dado novo passo, fica condicionado  continuidade do presente procedimento  Justificativa do Chefe do Executivo, ao decidir sobre a matéria, por ser prerrogativa de função e às manifestações de rigor que devem se seguir.

O presente parecer tem caráter consultivo e não vinculativo. O enunciado 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União - AGU, cuja observância  exigida através da Portaria Conjunta N 01, de 23 de outubro de 2012, há orientação no sentido de que o rgo Consultivo não d manifestações conclusivas sobre temas que invadam o conhecimento técnico alheio, o que por simetria aqui aplicamos, senão vejamos:

Boa Prática Consultiva – BPC n 07

Enunciado:



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



O rgo Consultivo não deve emitir manifestaes conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.

Ainda na esteira jurisprudencial em consonância com o aqui explanado assim se encontra:

Mandado de Segurança não 24.073/DF. Veja-se trecho da

Ementa:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS. TOMADA DE CONTAS: ADVOGADO. PROCURADOR: PARECER. C.F., art. 70, parágrafo único, art. 71, II, art. 133. Lei não 8.906, de 1994, art. 2o,  3o, art. 7o, art. 32, art. 34, IX. I. - **Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratao direta, sem licitao, mediante interpretao da lei das licitaes. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratao direta: **Impossibilidade**, dado que o parecer não  ato**



Prefeitura Municipal de Guará

ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Negócios Jurídicos



administrativo, sendo, quando muito, ato de administrao consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administrao ativa.¹

Eis o parecer do que podemos depreender e destacar, não servindo o presente para quaisquer outros casos, mesmo que assemelhados, sub censura.

Guará, Estado de São Paulo, quinta-feira, 23 de maio de 2019.

Tlio Chaud Colferai

Secretário dos Negócios Jurídicos

OAB/SP 313.400

¹ MELLO, Celso Antnio Bandeira de, Curso de Direito Administrativo, 13^a Ed, São Paulo: Malheiros., p. 377.